



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

TCU apura suspeita de infiltração do PCC no Governo de SP

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisa uma denúncia protocolada pelo Ministério Público (MP) sobre suspeita de infiltração do Primeiro Comando da Capital (PCC) em órgãos do Governo do Estado de São Paulo. A representação aponta “fatos gravíssimos” com possível “repercussão internacional”.

O caso tramita na Unidade de Auditoria Especializada em Defesa Nacional e Segurança Pública do tribunal. Segundo a descrição do processo, foram encontrados indícios de um “modelo organizado de infiltração” do PCC no Governo de São Paulo, hoje comandado por Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Diz trecho da representação protocolada pelo subprocurador do MP junto ao TCU Lucas Rocha Furtado:

“Representação acerca da adoção das medidas necessárias em face de fatos gravíssimos que revelam um modelo organizado de infiltração do grupo criminoso denominado Primeiro



Marcos Oliveira/Agência Senado

TCU apura atividades do PCC no Governo de São Paulo

Comando da Capital (PCC) em estruturas da administração pública, com inequívoca dimensão político-institucional e repercussões em nível nacional e internacional”.

Até o momento, não foram divulgados detalhes sobre quais órgãos, contratos ou agentes públicos estariam no centro da representação. O processo está sob relatoria do ministro Benjamin Zymler. A unidade jurisdicional vinculada ao procedimento é o Governo do Estado de São Paulo.

Procurado pela reportagem, o governo de SP não se pronunciou sobre as denúncias. O espaço segue aberto para manifestações.

Articulador político do PCC é preso

O ex-vereador de Santo André Thiago Rocha de Paula (PSD) foi preso durante operação da Polícia Civil de São Paulo, no último dia 27 de abril. Segundo a corporação, ele é apontado como articulador político do Primeiro Comando da Capital (PCC) para infiltrar o esquema em prefeituras da Grande São Paulo, do litoral e também no governo estadual.

De acordo com as investigações, a organização criminosa apoiaria e financiaria campanhas de candidatos que poderiam atuar em favor dos interesses da organização dentro da administração pública. As apurações também indicam atuação no meio político municipal e estadual.

Renan Calheiros acusa Motta de corrupção; presidente da Câmara reage

O senador Renan Calheiros (MDB) acusou o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos), de corrupção no Caso Master. De acordo com Calheiros, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, uma emenda de autoria de Motta beneficiou o Banco Master e seu controlador, Daniel Vorcaro, em troca do repasse de R\$ 140 milhões para a cunhada do deputado.

“Há uma outra emenda, desta vez, aprovada, que foi proposta pelo presidente da Câmara dos Deputados [Motta], para obrigar que fundos de previdência e fundos de pensão aportassem recentemente dinheiro desses fundos no Banco Master”, disse Calheiros, durante reunião da comissão.

“Esse fato é mais grave do que o fato da semana passada, porque essa emenda foi aprovada e foi sancionada. E a cunhada do presidente da Câmara dos Deputados recebeu R\$ 140 milhões do Banco Master a pretexto de um empréstimo que venceu e nunca teve nenhuma parcela paga. Então, a crise do Master está escalando e vai escalar ainda mais”, afirmou o senador.

Na comparação feita por Calheiros, o senador citou a chamada “Emenda Master”, de autoria do senador Ciro Nogueira, que previa o aumento do valor de cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão. Caso tivesse sido aprovada, a medida qua-



Saulo Cruz/Ag. Senado

Renan acusa Hugo Motta

druplicaria os prejuízos causados pelas fraudes financeiras cometidas pelo Master.

Hugo Motta reage

Após as acusações de Renan Calheiros, Hugo Motta se manifestou por meio de nota:

“A emenda apresentada à época pelo deputado Hugo Motta foi resultado de um acordo partidário. O objetivo é garantir que parte do faturamento do setor de seguros seja voltada para a compra de crédito de carbono como forma de assegurar a aplicação de recursos na sustentabilidade ambiental, principalmente quando se trata de atividades poluidoras.

A proposta foi aprovada pelas duas Casas do Legislativo e sancionada pelo presidente da República. O presidente não é responsável nem responde por empréstimo feito por empresa na qual não possui qualquer relação societária.”

Lindbergh aciona STF para obrigar Congresso a instalar CPI do Master

O deputado Lindbergh Farias (PT) acionou o STF para tentar obrigar o Congresso Nacional a instalar a CPMI do Banco Master. Na ação, o parlamentar afirma que a comissão virou “moeda de troca” em negociações políticas envolvendo a sabatina de Jorge Messias ao STF e a votação de veto ao PL da Dosimetria.

O mandado de segurança foi protocolado na última sexta-feira (15/5) e acusa a Presidência do Congresso, sob comando do senador Davi Alcolumbre (União Brasil), de omissão por não realizar a leitura do requerimento de criação da CPMI. Segundo Lindbergh, a comissão não foi aberta apesar do cumprimento dos requisitos constitucionais de assinaturas, fato determinado e prazo certo.

Na peça, o deputado afirma

haver “elementos públicos” indicando que a retenção da comissão ocorreu em meio a acordos políticos relacionados à indicação de Jorge Messias ao Supremo e à votação do veto do chamado PL da Dosimetria.

“Há elementos públicos indicando que a não leitura do requerimento se deu em ambiente de aparente acordo político envolvendo pautas estranhas ao objeto da CPMI, inclusive a sabatina de Jorge Messias no Senado Federal, indicado ao Supremo Tribunal Federal, e a votação de veto relacionado ao chamado PL da Dosimetria. Em termos objetivos, a CPMI teria sido retida como moeda de troca em articulações de cúpula”, diz trecho do documento obtido pela coluna.

O parlamentar sustenta que o presidente do Congresso extrapolou o chamado “poder de agenda” ao impedir a leitura do requerimento da comissão. Segundo a ação, a

Constituição não permite que a instalação de uma CPMI fique condicionada a negociações políticas.

“Esses poderes existem para viabilizar a atividade parlamentar. Quando utilizados para bloquear direito de minoria, selecionar investigações politicamente convenientes ou transformar a leitura de requerimento constitucionalmente perfeito em instrumento de barganha, deixam de ser poder de agenda e passam a configurar abuso de poder, desvio de finalidade e violação direta à Constituição”.

A ação também afirma que a omissão produz, na prática, o mesmo efeito de um indeferimento formal da comissão, ao impedir a indicação de integrantes, a eleição da presidência e o início dos trabalhos investigativos.

“A autoridade coatora, sem indeferir expressamente o requerimento, produz o mesmo resultado

prático de um indeferimento: impede a investigação parlamentar.”

No documento, Lindbergh argumenta que a CPMI do Master deve investigar “operações financeiras, eventuais fraudes bancárias, relações com estruturas públicas e privadas de financiamento, possíveis ilícitos envolvendo recursos públicos, fundos previdenciários e relações políticas”.

O deputado pede que o STF conceda liminar para determinar a leitura imediata do requerimento da CPMI em sessão conjunta do Congresso.

Pedidos da oposição

A CPI protocolada na Câmara pelo deputado Rodrigo Rollemberg (PSB) recebeu apoio de 45 dos 68 deputados petistas. Já o próprio Lindbergh apresentou um novo requerimento de CPMI e passou a cobrar adesões da oposição.

O PT, por sua vez, evitou assinar

os pedidos articulados pelo PL e por parlamentares ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Integrantes do partido argumentaram que essas propostas teriam caráter político e poderiam servir como instrumento de “blindagem” ou disputa narrativa.

A CPI protocolada na Câmara pelo deputado Rodrigo Rollemberg (PSB) recebeu apoio de 45 dos 68 deputados petistas. Já o próprio Lindbergh apresentou um novo requerimento de CPMI e passou a cobrar adesões da oposição.

O PT, por sua vez, evitou assinar os pedidos articulados pelo PL e por parlamentares ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Integrantes do partido argumentaram que essas propostas teriam caráter político e poderiam servir como instrumento de “blindagem” ou disputa narrativa.